

CONSELHO REGIONAL EUROPA DO CCP

Quinta reunião ordinária

17.06.17.s2021 – 18.07.2021

Lisboa (Ministério dos Negócios Estrangeiros)



Ata da quinta reunião ordinária do Conselho Regional das Comunidades Portuguesas na Europa (CRCPE), realizada nos dias 17 de junho e 18 de junho 2021, na Sala dos Concursos, nas instalações do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Palácio das Necessidades, Largo do Rilvas, Lisboa.

A quinta reunião, incluindo a Ordem de Trabalhos, foi convocada pelo Secretariado do CRCPE: Presidente Conselheiro Pedro Rupio (Bélgica) e Secretário Conselheiro Amadeu Batel (Suécia).

Para além dos membros de Secretariado estiveram presente os seguintes Conselheiro(a)s das Comunidades eleito(a)s pela Europa : Alfredo Stoffel, Mário Viana, José Loureiro, Luís Miguel Francisco(Alemanha) ; José Manuel Costa Gonçalves (Andorra); Raúl Lopes, Manuel Cardia de Lima, João Veloso, Luísa Semedo, Carolina Amado,Valdemar Félix (França); João Verdades Santos,Rogério Oliveira (Luxemburgo); Sérgio Tavares (Reino Unido) e Domingos Pereira (Suíça).

1º Dia - -Quinta-feira , 17 de junho

09h30 Sessão de abertura

Convidados presentes: Dra. Berta Nunes (SECP) deputada Lara Martinho (PS), deputado Paulo Pisco (PS), Dra. Joana Azevedo (Observatório da Emigração) e Dr. Filipe Borges (adjunto SECP).

O presidente Pedro Rupio abriu a sessão dando as boas-vindas a tod(o)as o (a)s presentes, agradecendo a disponibilidade manifestada em participar nos trabalhos do CRCPE apesar das dificuldades inerentes à grave situação pandémica vivida na Europa tendo, no entanto, revelado algum descontentamento por muitas das individualidades a quem foram endereçados convites, não terem, nem participado, nem se dignado a responder a esses convites.

O Presidente enunciou os objetivos traçados para esta reunião anual, destacando o balanço das atividades do CRCPE durante o mandato (2016-2021), nomeadamente um conjunto de pareceres, propostas, moções e recomendações produzidas no âmbito das suas competências. Além disso, Pedro Rupio significou ainda o outro propósito desta reunião em dar continuidade aos objetivos propugnados nas Resoluções 2019/01 e 2019/02 do Conselho Permanente, assentes na Plataforma de Ação Comum (PAC) e Plano de Ação Trienal (PAT).

Em seguida, a Secretária de Estado (SE) saudou todos os presentes e agradeceu o convite para participar nos trabalhos do CRCPE. A Dra Berta Nunes introduziu, através da exibição de um power-point não disponível para divulgação, o novo modelo de gestão consular evidenciando alguns aspetos considerados mais relevantes no sentido de melhor se adaptar às novas realidades da emigração portuguesa. Entre esses aspetos destacou as várias competências do

modelo e-consul, a descentralização da atividade consular, um funcionamento mais simples e eficiente, o Centro de Atendimento Consular e a via de acesso aos postos consulares além da inscrição consular única. Referiu ainda a decisão de os conselheiros passarem a integrar por inerência os Conselhos Consultivos das suas áreas consulares. A SECP expressou a sua vontade e a do Governo em manter-se atenta às reivindicações dos conselheiros como também à importância da sua função e respetiva valorização.

Por último informou da iniciativa do governo em desenvolver um teste piloto de voto eletrónico num país a designar aquando das Eleições para o CCP. Este facto requer alterações legislativas e, por conseguinte, o prazo a fixar para as Eleições terá de ser revisto, prevendo-se a sua ocorrência entre fevereiro e março de 2022.

Em seguida foi dada a palavra aos convidados impedidos de permanecer devido a outros compromissos agendados:

Lara Martinho

A deputada do PS salientou na sua intervenção o papel dos Conselheiros no apoio a decisões governativas em matérias associadas às Comunidades Portuguesas. Revelou ainda a importância das verbas afetadas no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) à área consular e necessidade do seu máximo aproveitamento. Destacou também o debate tido na AR sobre a implementação do voto eletrónico nos atos eleitorais em que participam os portugueses residentes no estrangeiro.

Paulo Pisco

O deputado do PS deu particular relevo, neste período de confinamento em que vivemos, aos problemas experimentados pela atividade consular, tendo, entretanto realçado o novo modelo de gestão consular elemento de modernização do setor apoiado com fundos comunitários. Aproveitou para felicitar o governo no contexto da transição digital pela modernização consular.

Debruçou-se também sobre a questão do voto eletrónico, considerando-a complexa e crítica apesar de facilitar o alargamento da participação eleitoral nas Comunidades. Trata-se de um problema que não sendo pacífico, afeta também a questão da soberania criando no seio da AR muitas resistências. Defende, no entanto, a criação de um sistema blindado que garanta segurança total capaz de convencer todos os partidos políticos da importância do voto eletrónico.

Paulo Pisco abordou a relação com as diásporas na União Europeia. Importa valorizar as diásporas e não ocultar a sua existência e as suas realidades. Existem hoje 13 milhões de cidadãos que devem ter os seus direitos reconhecidos. A este propósito destacou o facto de Portugal ser dos países que maior relevância dá à sua diáspora, salientando a existência do Conselho das Comunidades como um instrumento de enorme significado para dar voz aos portugueses residentes no estrangeiro. Afirmou que o CCP tem uma identidade própria e bem definida tendo uma relação de proximidade com a AR e o Governo, e mesmo não havendo consultas obrigatórias as suas propostas nunca caem em saco roto.

O presidente do CRE interpelou, em seguida, a SECP sobre um conjunto de questões enunciadas na PAC:

- O EPE : a língua portuguesa como fator de identidade; a necessidade de outras políticas de língua e educativas para conquistar o interesse dos lusodescendentes por Portugal; a ideia, por parte do Governo, de criar uma identidade lusófona; a necessidade de criar uma Lei-Quadro

para as línguas; a revogação da propina; a promoção de estudos sobre o EPE, mais concretamente, o ensino dirigido à lusodescendência; as recentes migrações e as condições de exploração dos migrantes portugueses; o potencial económico das comunidades; mudanças legislativas sobre os direitos políticos no sentido de potenciar a participação cívica além de moções apresentadas sobre direito mortuário e gratuidade de inscrição no Português Mais Perto.

Em resposta, a Dra. Berta Nunes descreveu o EPE numa forma genérica, entendendo que é uma realidade muito heterogéna. A este respeito, acredita que a discussão e as propostas defendidas no CRE e no CCP estão mal focadas, devendo estes órgãos refletirem sobre quais são, na realidade, os interesses das comunidades no que diz respeito à língua e à cultura portuguesas na diáspora.

A sua grande preocupação e a questão que prioriza, enquanto responsável pelo EPE (ensinos básico e secundário) é o acesso dos alunos lusodescendentes ao ensino. Neste contexto evocou os casos da Suíça e da França onde no primeiro caso se verifica uma diminuição de alunos e no segundo um significativo aumento da procura.

Em seguida, declarou-se contrária à mudança de tutela do MNE para a Presidência do Conselho de Ministros (PCM), visto considerar que tal mudança só poderá trazer desvantagens para as comunidades, perdendo-se um elo de ligação hoje existente através das inúmeras viagens e contactos que realiza, preferindo a criação de uma Comissão interministerial para os assuntos das Comunidades.

Um outro tema abordado pela SECP, de enorme atualidade, foi o da participação dos portugueses residentes no estrangeiro nos atos eleitorais, nomeadamente para as legislativas e Presidência da República.

A este propósito, aconselhou o CRE e o CCP a não querer avançar logo com todas as suas reivindicações, mas sim de avançar passo a passo para não se assustar os políticos. Considera, também, que devemos saber fazer as coisas, “não querendo assaltar o castelo no imediato”.

O CRE e CCP devem saber esperar por alterações a introduzir na Lei eleitoral para as presidenciais, além de aguardar pelo aumento de deputados para as Legislativas, pois existem obstáculos de peso, no presente na Assembleia da República.. “Talvez quando meio milhão de portugueses votarem no estrangeiro, seja possível avançar!” rematou ao finalizar a sua intervenção.

A SECP foi interpelada pela(o)s conselheiro(a)s João Verdades do Luxemburgo (Definição de atribuições e competências dos conselheiros, sobretudo o da liberdade de expressão e direitos constitucionalmente garantidos, e questões ligadas aos Conselhos Consultivos); Sérgio Tavares, Reino Unido (problema de exclusão de cidades e da sua capacidade eleitoral; o e.cônsul: passaporte, CC e reconhecimento de documentos que não podem ser efetuados on-line e melhoramentos a introduzir na Plataforma de Atendimento); Rogério Oliveira, Luxemburgo (contesta a melhoria do atendimento consular, visto ainda não ter havido vontade política para o fazer, além de se referir à preocupante situação do CCPL que se encontra em vias de extinção); Carolina Amado, França (realçou a necessidade de um reforço da estrutura consular em França, a introdução do voto eletrónico para que as comunidades tenham voz ativa, quando se efetivará o programa Português Mais Perto e também a questão da propina), João Veloso, França (referiu o problema do consulado honorário em Clermont- Ferrand).

Os trabalhos prosseguiram com a intervenção de **Fernando Gomes** (Departamento de Migrações) do Secretariado e da Comissão executiva da CGTP-Intersindical

O representante da CGTP agradeceu o convite endereçado e destacou o facto de a Central Sindical que representa sempre manifestou interesse em trabalhar junto de, e com o movimento associativo português e conselheira(o)s das Comunidades tendo realizado vários Encontros de Sindicalistas, Conselheira(o)s e dirigentes associativos para debater a situação política, económica e social dos trabalhadores portugueses na Europa. O último destes Encontros realizou-se no Luxemburgo em outubro de 2018 de onde saiu uma Resolução com posições e reivindicações a apresentar ao Governo. A CGTP mantém relações com centrais sindicais de países onde vivem comunidades portuguesas, tendo acordos com as centrais sindicais no Reino Unido, Luxemburgo e Suíça. A CGTP reúne com o Governo e o PM podendo intervir na defesa de direitos das comunidades em matérias que considerarmos pertinentes. A CGTP reúne também na AR com vários partidos políticos, nomeadamente o PS, Bloco de Esquerda, Verdes, PCP e PAN.

14H00 Autonomia do CCP e mudança de tutela.

O secretário, Amadeu Batel, apresentou em síntese o novo modelo de organização do CCP visando a sua autonomia. Uma nova estrutura organizativa será necessário desenvolver tendo em conta a criação de um Gabinete de Apoio com a respetiva autonomia administrativa e financeira, e com sede em Lisboa junto da Presidência do Conselho de Ministros (PCM). A este propósito foi enviada para todos os Conselhos Regionais uma proposta para apreciação. Esta pretende, posteriormente, servir de base a um documento propositivo para análise e decisão do Conselho Permanente sobre a futura estrutura que garanta a autonomia do CCP.

Amadeu Batel realçou o facto de não se estar perante uma nova discussão sobre a autonomia do CCP na Resolução 2019/01 e o CRE já se ter pronunciado a favor da autonomia do CCP.

Idêntica decisão foi tomada sobre a mudança de tutela do MNE para a PCM visto se balizar um novo relacionamento entre o CCP e os órgãos de soberania, além de uma outra ação política tendo a diáspora como prioridade. A ação política dirigida às portuguesas, portugueses e seus descendentes em contexto migratório, não devem seguir uma lógica do exterior e centralizadas na ação política externa (internacionalização das economia, língua e cultura portuguesas), mas sobretudo centradas na ação política interna. Para terminar, o secretário evidenciou o posicionamento negativo do MNE e da SECP por motivos que considera pouco relevantes, como por exemplo, o da extinção da Secretaria de Estado das Comunidades.

Carlos Gonçalves, deputado do PSD, entretanto chegado à reunião, agradeceu o convite, evocando o seus tempos de sindicalista (Sindicato dos trabalhadores consulares) pelo facto de se encontrar no MNE.

Realçou o trabalho levado a cabo pelo projeto do “Memória do CCP” e da importância de manter viva essa Memória visto se ter perdido muito do acervo documental do CCP.

Considera a proposta de mudança de tutela para o PCM exequível e desejável por várias razões, das quais destacou: a existência das questões ligadas à Imigração (I), havendo toda uma lógica de incluir a Emigração (E) numa estrutura governativa neste ministério.

Uma outra razão, prende-se com o estatuto da SECP na hierarquia do MNE. A SECP nunca teve prestígio e um débil estatuto, sendo as políticas para as comunidades subalternizadas no contexto dos objetivos do MNE.

Referiu-se ainda a grave situação do movimento associativo durante a crise pandémica e manifestou ainda apoio às consultas obrigatórias ao CCP.

Júlio Vilela (Diretor-geral da DGACCP)

O embaixador ensaiou de forma sintética, em 3 ou 4 linhas de pensamento sobre a modernização da rede consular, sublinhando, entre outros, os seguintes itens:

Os desafios constantes e as necessidades dos consulados agirem no terreno com as novas tecnologias, e a relação com os utentes/clientes nas áreas cívica, cultural e social; o repto colocado para estar ao serviço de todos e sinalizar que há uma rede consular que gere serviços; a existência de uma legislação em curso para facilitar a rede consular e o pilar tecnológico; a necessidade de criar uma rede externa com a dimensão que temos, sempre atenta ao que as comunidades exigem, e à imagem que os portugueses têm lá fora e próxima de Portugal.

Destacou ainda o novo conceito de gestão consular e processo gradativo em curso que decorrerá num ciclo entre 2021 -2027, prevendo que em 2024 haja novidades.

Na sequência desta intervenção do embaixador foram vários os conselheiro(a) que interpelaram o embaixador Vilela sobre um conjunto de problemas ligados ao atendimento consular, renovações de CCs e passaportes, reconhecimento do CC na Alemanha pelos Correios alemães, redução de recursos humanos na rede consular, ineficácias dos serviços, inscrições no recenseamento eleitoral.

17H30 Encerramento dos trabalhos do primeiro dia

CONSELHO REGIONAL DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS NA EUROPA (CRCPE)

2º Dia - -Sexta-feira , 18 de junho

09h30 - Avaliação do trabalho desenvolvido nas Comissões Temáticas.

As Comissões Temáticas vão reunir em Lisboa nos próximos dias 15 e 16 de julho em Lisboa havendo necessidade de incentivar a participação dos membros integrantes das Comissões nos trabalhos não só para efeitos de quorum mas também para a prossecução de objetivos agendados nos programas de cada uma das Comissões. Devido à situação pandémica e a muitas das restrições daí derivadas, sobretudo, quarentenas exigidas para entrar em Portugal, o que vai impedir a participação de vários conselheiros nas reuniões, o CRE propõe:

a eleição da Conselheira Luísa Semedo e do Conselheiro João Verdades Santos como 1.º e 2.º suplentes da Comissão Temática para o Ensino, Cultura, Associativismo e Comunicação Social.

Decisão: a proposta foi aprovada por unanimidade.

O Conselheiro Domingos Pereira mostrou disponibilidade para substituir o Conselheiro Manuel Figueira nas Comissões Temáticas para os Fluxos migratórios e Assuntos Sociais e Económicos.

Nelson Silva (deputado do PAN)

O deputado agradeceu o convite endereçado tendo manifestado um particular interesse e motivação em acompanhar as atividades do CRE e do CCP. Assegurou que o PAN será uma força impulsionadora na defesa dos direitos dos portugueses no estrangeiro. Referiu-se ainda ao seu empenho neste tema pelo facto de ter sido emigrante no Reino Unido, estando a par e familiarizado com muitas das problemáticas que afetam as comunidades portuguesas.

Transmissão e discussão das problemáticas das Secções Locais.

Neste ponto intervieram vários conselheiro(a)s enunciando alguns problemas nas suas respetivas secções : **Valdemar Felix**, França, Bordeús (Problemas com o atendimento consular. Sobretudo com o agendamento. Falta de recursos humanos. A imagem dos serviços consulares não é a melhor junto da comunidade) ; **Luísa Semedo**, França, Paris (Descalabro do movimento associativo-Ile de France. Associações sem meios e sem apoios da DGACCP. O apoio para o movimento associativo devia ser mais forte e presente, nomeadamente para a CCPF que se encontra numa fase moribunda. O movimento associativo ocupa-se das mais variadas atividades e não está preparado para receber novos fluxos migratórios; **João Verdades**, Luxemburgo (A pandemia parou e mostrou as fragilidades dos serviços consulares. Sente-se a falta de um Plano de Emergência para atuar face aos problemas gerados pela situação pandémica. Deve haver uma maior exigência do atendimento e uma maior celeridade para solucionar os problemas, sendo urgente melhorar e consolidar os Serviços. Existe um mal estar institucional devido ao conflito entre a embaixada e o consulado, o que afeta a comunidade portuguesa. A frente associativa está “pela hora da morte” referindo-se à situação da CCPL. Abordou ainda a exploração da mão-de-obra que definiu como a “Emigração do desespero”); **Carolina Amado**, França, Toulouse (Critica a ausência de uma diplomacia económica, visto no seu entender não haver ninguém a trabalhar nesta área, faltando um adido consular. Abordou ainda a questão do Centro de Atendimento e a situação ao dirigismo associativo português/lusodescendente face à literacia em português); **Alfredo Stoffel**, Alemanha, Hamburgo (Foca o centro de atenção no atual movimento associativo, questionando se não se deve repensá-lo? Apenas e só a 1.a geração se revê nos objetivos traçados, estando a 3.a geração “nas tintas “ para a portugalidade. Abordou também os problemas vividos com o Consulado de Hamburgo e o pedido do reforço de pessoal); **Rogério de Oliveira**, Luxemburgo (considera que o Estado português se deve responsabilizar também pelo financiamento do movimento asociativo na diáspora); **Manuel Cardia**, França, Lyon (abordou os problemas com a falta de apoios às associações e o facto de apenas uma associação ter recebido apoio financeiro. Destacou ainda o problema da literacia em português e a impossibilidade ou falta de vontade do consulado em ajudar o movimento associativo); **Sérgio Tavares**, Reino Unido (apresentou a sua experiência com o Centro de Atendimento que considerou excelente, tendo este serviço vindo a perder qualidade e a degradar-se. Salientou também o problema provocado pelo Brexit e o conseqüente processo de regulamentação dos cidadãos portugueses no Reino Unido, e o facto de alguns ainda não terem concluído o seu processo de regulamentação); **José Manuel Costa Gonçalves**, Andorra (pôs em realce o bom atendimento consulado e a grande adesão ao Programa Regressar. Referiu também problemas com o ensino de português); **Domingos Pereira**, Suíça (colocou em evidência o problema do movimento associativo e da sua continuidade face à enorme falta de quadros, sendo necessária formação pós-laboral nessa área. Abordou ainda o problema relacionado com o não reconhecimento da carta de condução suíça, processo que demora um ano a resolver. A situação com o ensino de português é dramática, não havendo vontade política para resolver os graves problemas que afetam o sistema); **Amadeu Batel**, Suécia (Salientou os graves problemas de sobrevivência do movimento associativo, sobretudo derivados da falta de apoio financeiro e do recrudescimento do racismo e xenofobia com a criação de um bloco conservador de direita e extrema direita que, caso vença as legislativas, eliminará o subsidio estatal aos movimento associativos étnicos. Este Bloco sugere o autofinanciamento para as associações sabendo-se que são, hoje, praticamente inexistentes, apoios autárquicos ou regionais o que conduzirá à eliminação do movimento associativo na Suécia. Considera que está por realizar uma discussão e análise do Movimento

Associativo Português no espaço europeu, e não só, no sentido de encontrarem as causas do seu declínio mas também na procura de soluções prospetivas para a sua continuidade).

14H00 Eleição da/o Presidenta/e e Secretária/o do Conselho Regional da Europa

(nos termos da Lei n° 66-A/2007, de 11 de dezembro, alterada pela Lei n° 29/2015 de 16 de abril).

O Conselheiro Alfredo Stoffel propôs a antecipação deste ponto na OT e a recondução dos atuais presidente e secretário que integram a Mesa Diretora, tendo salientado o excelente trabalho desenvolvido durante o presente mandato, opinião corroborada pelos restantes conselheiro(a)s. Em seguida **foi aprovada, por unanimidade, a reeleição dos Conselheiros Pedro Rupio e Amadeu Batel para os cargos de Presidente e Secretário do Conselho Regional da Europa para um mandato de um ano.**

14H30 Avaliação do trabalho desenvolvido no Conselho Permanente e apresentação de propostas a submeter na reunião anual em 2021.

Amadeu Batel, um dos quatro representantes do CRCPE no Conselho Permanente (CP) e atual vice-presidente apresentou um curto relato do trabalho desenvolvido no CP tendo destacado o seguinte:

- Coordenação, encaminhamento e operacionalização de um conjunto de propostas e recomendações legislativas aprovadas nas Resoluções 2019/01 e 2019/02. No primeiro caso foram levadas a cabo várias iniciativas junto do Governo e grupos parlamentares no sentido de se proceder à revisão da Lei 66-A/2007, 15 de abril 2015; ao processo conducente à marcação de eleições para o CCP; à introdução de consultas obrigatórias em matérias estruturantes nas políticas dirigidas às comunidades (políticas de língua, educativas (EPE), cultura-associativismo, ação cultural externa, comunicação social: participação cívica e política dos portugueses residentes no estrangeiro e sua plena inclusão nos atos eleitorais com igualdade de direitos e representatividade eleitoral; à autonomia do CCP com uma nova estrutura organizativa e à mudança de tutela para a Presidência do Conselho de Ministros, dependendo o CCP diretamente do Primeiro- Ministro.

No segundo caso, Resolução 2019/02 tem como objetivo central a realização anual de um Plenário Temático na Assembleia da República sobre as políticas para as Comunidades.

Importa também salientar a Resolução 02/2021 onde o CP constituiu um Grupo de Trabalho para elaborar um documento “Melhorias à Participação Cívica nas Comunidades. Este documento foi divulgado a 29 de maio do corrente ano.

- Em jeito de síntese, Amadeu Batel enunciou alguns aspetos considerados em cada uma das iniciativas do CP do conjunto de propostas acima enunciadas: i) Revisão da Lei 66 A: Todo este tem sido um processo marcado por um passa-responsabilidades entre o MNE/SECP e a Assembleia da República, sabendo-se, de momento, que a revisão decorre na AR (2.a Comissão). Entretanto, O CP do CCP pouco conhece sobre quais alterações poderão ou não ocorrer na revisão da Lei ou se vão surgir diferentes projetos de alteração à Lei por parte dos partidos políticos, e se essas alterações terão em consideração as propostas do CCP na Resolução 2019/01! ii) Eleições para o CCP: processo moroso sujeito a várias marcações e alterações de datas. Sabe-se, que mais recentemente, o Governo propôs a realização de eleições para fevereiro- março de 2022, tendo em vista as alterações legislativas necessárias para que o teste piloto com o voto eletrónico num país seja viabilizado iii) EPE : o governo continua na

sua deriva constitucional não cumprindo o papel que devia junto das suas diásporas, nomeadamente nos níveis de ensino Pré-Escolar, Básico e Secundário ao oferecer o ensino de português como Língua Estrangeira (LE) ou Língua de Herança como sinónimo de LE. O CP apoiou a Petição “Português Para Todos” que defende políticas linguística e educativas tendo o Português como Língua materna /primeira. iv) O CP através do documento “Melhorias da Participação Cívica e Política nas Comunidades” defende um vasto conjunto de propostas que, atendendo à metáfora da SECP “Não assaltem Castelo!” sobre os direitos políticos por nós propugnados, terá certamente de ficar suspenso no tempo. Por exemplo: o voto postal para as Presidenciais não será viável para as próximas eleições de 2026 e um aumento de deputados pelo Círculo da Emigração, provavelmente, só para as calendas gregas! v) O CP continuará a insistir na realização de Plenários Temáticos previstos na Resolução 20219/02, visto não concordar com os motivos apresentados pelo Presidente da AR a esse respeito, ou seja, o atual Regimento da AR não permitirá a realização desses plenários.

Uma outra relevante iniciativa do CP do CCP foi a criação do Arquivo “Memória do CCP” por ocasião do seu 40º aniversário. Este importante trabalho foi realizado por um Grupo de Trabalho liderado por Pedro Rupio, presidente do CRE, que também organizou vários debates sobre a História do CCP com a participação de várias figuras que protagonizaram essa história. A este respeito, durante a próxima reunião do CP do CCP ir-se-á celebrar a efeméride com um programa especial.

Alguns conselheiros: Manuel Cardia de Lima, Rogério de Oliveira, João Verdades, Luísa Semedo, Valdemar Félix e Domingos Pereira colocaram algumas questões sobre os temas acima abordados. Nelson Silva, deputado do PAN afirmou não “fazer sentido” a Emigração eleger apenas 4 deputados!

16H00 Diálogo com a Senhora Secretária de Estado das Comunidades, Dra. Berta Nunes sobre a avaliação das políticas dirigidas às Comunidades, em particular na Europa.

Após uma pausa foram retomados os trabalhos com a presença da Dra. Berta Nunes e de Nelson Silva (PAN).

Os conselheiros e a SECP retomaram a análise e discussão de temas já abordados.

O presidente Pedro Rupio mostrou a sua preocupação pela falta de ambição manifestada pelo Governo a respeito do EPE. Em resposta a SECP contrariou esta afirmação declarando que nas políticas para o EPE o ensino para os lusodescendentes não tem a maior centralidade política e, por conseguinte, pode parecer como menos importante. Considerou ser necessário reforçar o ensino na Suíça devido a uma redução da procura, aumentando a oferta em França. No seu entendimento, deve existir diferentes políticas para os diversos países da rede e, mostrou satisfação pelo êxito das certificações e da sua utilidade para os alunos. Não encontra também quaisquer problemas nas dificuldades das aprendizagens visto confiar inteiramente na competência dos professores do EPE.

Carolina Amado, interpelou a SECP sobre os apoios extraordinários às comunidades durante a pandemia: a questão da identidade do CCP e a forma como o Governo olha para este órgão consultivo e as consultas (consultar e quando?). Em resposta a SECP referiu-se às medidas de apoio a pessoas contagiadas e em dificuldades económicas. Este apoio, foi canalizado através do ASIC e ASEC para países que não dispõem do apoio social existente na Europa, nomeadamente para a RAS, Perú, Brasil e Venezuela. Quanto à identidade do CCP considera que está bem definida na Lei e que esta poderá ser revista.

Em seguida, Luísa Semedo destacou os problemas do direito mortuário, da falta de apoio social a sem abrigos, os apoios/projetos ao movimento associativo através da DGACC e a situação

dos presos; Domingos Pereira salientou a problemática de trabalhadores portugueses face ao subsídio de desemprego e Sérgio Tavares pôs em evidência algumas questões ligadas ao voto eletrónico para as eleições do CCP particularmente o êxito da iniciativa, visto se tal não acontecer, possa ser uma “pedra no sapato” para a sua futura implementação noutras eleições. Destacou também a necessidade de modernizar o voto postal, garantir sempre a possibilidade do voto presencial e demais condições de exercício de direito de voto e introduções de alterações indispensáveis à sua melhoria.

Em seguida a Dra. Berta Nunes recuperou o tema do EPE ao considerar estes “anos letivos” como atípicos na rede, salientando o facto que a articulação com os Programas de Ação cultural, Programas a nível da Língua e Programas da DGACCP com as escolas associadas. Compreender o que são as comunidades e qual a modicidade de ensino que melhor se conjuga com as suas necessidades. Abordou também o Plano de 2021-22 tutelado pela SECP em colaboração com a Secretaria de Estado da Cooperação, Ministério da Educação/Secretaria de Estado da Educação.

Voltou a insistir no problema da possibilidade de acesso ao ensino pelas crianças e jovens lusodescendentes, sobretudo no Ensino Paralelo.

A este propósito pôs em relevo o bom senso e as boas práticas ligadas às metodologias de ensino de línguas e ao papel dos professores na prossecução dos objetivos programáticos. Realçou a total liberdade dos docentes em organizar o ambiente pedagógico propício à execução das metas de aprendizagem. Assegurou que a tutela jamais se intrometeu ou impôs restrições aos docentes da rede no uso das ferramentas julgadas necessárias à aquisição pelos alunos das suas competências em Língua Portuguesa.

Amadeu Batel, respondeu à SECP, questionando-a sobre as “excelentes condições” oferecidas aos docentes do Ensino paralelo no que concerne a criação de um ambiente/espço pedagógico facilitador da aquisição das competências em língua portuguesa por parte dos alunos.

As crianças e jovens lusodescendentes integram turmas heterogéneas, constituídas por várias faixas etárias do primário, básico e secundário. Os alunos possuem vários repertórios linguísticos com diferenças de proficiência desde uma competência nula ao domínio do português como língua materna/primeira.

Os conteúdos programáticos, materiais didáticos e avaliadores descritivos são destinados para o ensino de Português língua estrangeira (PLE) ou Língua de Herança (designação usada como sinónima de LE), os professores não possuem formação adequada nas várias valências profissionais para ensinar nos vários níveis de ensino, mesmo que se trate do ensino de PLE. Estamos perante uma irrealidade pedagógica, que coloca os professores em situações de enorme complexidade quando se trata de organizar o processo de ensino-aprendizagem para grupos tão heterogéneos. Não há, nem boas práticas, nem bom senso, nem metodologias redentoras que valham aos docentes do Ensino paralelo na sua atividade pedagógica!

O secretário do CRE apelou ao bom senso da Dra. Berta Nunes, enquanto responsável pela tutela do EPE (básico e secundário) e exortou-a a rever as atuais políticas de língua e educativas para as crianças e jovens lusodescendentes.

Eleição Grupo de Trabalho (GT) para análise do Movimento Associativo Português na Europa.

Por proposta do presidente do CRE foi decidido criar um GT para análise e discussão do presente e futuro do Movimento Associativo Português no espaço europeu. O GT integra os

conselheiros Luísa Semedo, Domingos Pereira, Valdemar Félix, Rogério Oliveira e Pedro Rupio

17H45 Sessão de encerramento

O Presidente deu por encerrada a reunião do CRCPE saudando tod(a)os a(o)s presentes, conselheira(o)s, agradecendo o empenho e o contributo dados para o êxito da reunião, tendo também apelado à nossa constante observância no que diz respeito à prossecução das orientações e conclusões saídas desta reunião, no sentido de assegurar a autonomia, legitimação institucional do CRCPE e o sucesso de políticas dirigidas a várias gerações e categorias de migrantes portugueses a residir na Europa.

Estocolmo, aos 12 de agosto de 2021

Amadeu Batel

Secretário

Pedro Rupio

Presidente